

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 549, DE 2022

Dispõe sobre a acessibilidade escolar para pessoas com nanismo em todo o território nacional.

Autores: Deputados PAULO BENGTON E ROBERTO DE LUCENA

Relator: Deputado DIEGO GARCIA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 549, de 2022, de autoria dos Deputados Paulo Bengton e Roberto de Lucena, dispõe sobre a acessibilidade escolar para pessoas com nanismo em todo o território nacional.

Nos termos da proposição, as escolas e universidades públicas de todo o país ficam obrigadas a “disponibilizar às pessoas com nanismo acessibilidade para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários, das edificações, dos serviços de transporte escolar, em conformidade com regras previstas na ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas”.

A matéria foi distribuída à apreciação das Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Educação, para exame do mérito, e à Comissão de Constituição e de Cidadania, para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, tramitando sob regime ordinário, nos termos do art. 151, inciso III, do Regimento Interno desta Casa.

Nesta Comissão de Educação, não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.



É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em apreço visa assegurar às pessoas com nanismo acessibilidade no ambiente escolar, obrigando as instituições públicas de educação básica e superior a disponibilizarem espaços, mobiliários, edificações e serviços de transporte escolar, em conformidade com regras previstas na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, enquadra o nanismo na categoria das deficiências físicas. Nesse sentido, conforme bem lembrou o nobre Deputado Dr. Zacharias Calil, relator da presente matéria na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que nos precedeu na análise do mérito, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), já assegura a todas as pessoas com deficiência o direito à educação em sistema educacional de qualidade, inclusivo em todos os níveis e modalidade de ensino, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. A acessibilidade no ambiente escolar, não somente nos espaços, mobiliários, edificações, transportes, serviços de informação e comunicação como também a disponibilização de usabilidade pedagógica de serviços e recursos de tecnologia assistiva que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, são requisitos fundamentais para a efetivação do direito à educação da pessoa com deficiência.

Uma vez que as pessoas com nanismo são reconhecidas como pessoas com deficiência para todos os efeitos legais, nos termos do referido Decreto, todo o disposto na LBI aplica-se a elas. Nesse sentido, não há que se pensar em lei autônoma para dispor sobre o que já está assegurado na LBI em matéria educacional para todas as deficiências.



Concordamos, porém, que, a exemplo de outras deficiências, o reconhecimento do nanismo como deficiência em lei – e não em um diploma legal menor, no caso o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 – conferiria uma segurança jurídica maior na fruição do direito à educação, em todos os seus aspectos, referentes a todas as pessoas com deficiência. Assim, ao incluir o nanismo como deficiência na LBI, o substitutivo aprovado na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência atende ao mérito educacional da iniciativa, qual seja o de assegurar a essas pessoas acessibilidade e inclusão plenas nos sistemas de ensino.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 549, de 2022, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado DIEGO GARCIA
Relator

2023-3169

